



International Coffee Organization
Organización Internacional del Café
Organização Internacional do Café
Organisation Internationale du Café

PSCB No. 87/06

17 julho 2006
Original: inglês

P

Relatório

**Relatório da Junta Consultiva
do Setor Privado
sobre a reunião de 24 de maio de 2006**

1. A Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP), presidida pelo Dr. Euan Paul, reuniu-se em 24 de maio de 2006.

Item 1: Adoção da ordem do dia

2. A JCSP adotou o projeto de ordem do dia que figura no documento PSCB No. 81/06 Rev. 1.

Item 2: Relatório sobre a reunião de 30 de janeiro de 2006

3. O Presidente comentou que o relatório não indicava a designação do Sr. Christian Rasch-Topke como porta-voz dos produtores para assuntos relacionados com o Contrato Europeu do Café, que deveria ser notada em caráter formal. Com a ressalva deste adendo, a JCSP aprovou o relatório sobre a reunião de 30 de janeiro de 2006 que figura no documento PSCB No. 79/06.

Item 3: O café e a saúde

4. A Coordenadora do Programa fez apresentações sobre o Programa “Positively Coffee” e o Programa de Educação sobre o Café para Profissionais da Saúde.

5. A principal conclusão sobre o programa trienal era que ele funcionara bem até o momento e prescindia de mudanças substanciais. Novos tópicos que vinham sendo cobertos eram o café e o prazer do convívio social, o café e a pressão arterial e o café e o câncer. Demonstrando o novo site nos quatro idiomas, a Coordenadora disse que se esperava que ele estivesse em operação antes do final de junho de 2006. Os membros da JCSP seriam informados quando isso ocorresse. A segunda iniciativa importante era o preparo de

apresentações de slides sobre diversos tópicos, como, por exemplo, o café e a função hepática, que também seriam disponibilizadas nos quatro idiomas. Ela observou que as visitas ao site alcançaram um ponto alto em outubro/novembro de 2005, após a 2ª Conferência Mundial do Café.

6. Voltando-se para o Programa de Educação sobre o Café para Profissionais da Saúde, a Coordenadora lembrou que na última reunião ela apresentara relatório razoavelmente detalhado sobre os resultados dos dois anos anteriores. Os resultados preliminares do Programa de 2006 eram altamente animadores, e progresso significativo havia sido conseguido em todos os países que participavam do Programa: Finlândia, França, Itália, Países Baixos, Reino Unido e Rússia. Ela lembrou à Junta que 2006 era o último ano do programa. Os resultados seriam objeto de relatório ao ISIC numa altura posterior do ano, quando também se tomaria uma decisão sobre como ir adiante.

7. O delegado da NCA fez uma exposição sobre o programa voltado para o consumidor que a NCA implementara nos EUA. O objetivo era responder à pergunta: O que podemos fazer para que o consumidor tome mais café? Antes da campanha 71% dos consumidores, incluindo 60% dos consumidores de café, acreditavam que tomar café fazia mal à saúde, e o consumo diário caíra de 78% para 49% nos últimos 50 anos. A NCA implementara um programa de pesquisa específico, utilizando as melhores práticas de pesquisa, que incluíam modalidades qualitativas e quantitativas. Fora desenvolvido um programa para mudar atitudes em relação ao café, satisfazer necessidades comportamentais dos consumidores, desfazer velhos mitos e lançar uma campanha abrangente de notícias positivas em escala nacional. Os custos, de cerca de US\$150.000 a US\$200.000 por ano, eram cobertos pelas Associações do Café da Colômbia, Guatemala e Costa Rica e pela NCA.

8. O delegado da NCA também mostrou um DVD resumindo a campanha de imprensa. Os resultados haviam sido significativos: tiragens totalizando mais de 350 milhões de impressões haviam sido conseguidas na mídia, e a cobertura positiva de imprensa aumentara de 56% para 71% durante 2005; a percepção pública de que o café é bom para a saúde aumentara de 26% para 56%; e o consumo diário de café aumentara de 53% para 56%.

9. O Presidente agradeceu ao representante da NCA sua exposição. Diversos delegados concordaram em que se tratava de uma campanha muitíssimo bem-sucedida. Um delegado perguntou se a OIC podia compilar e cotejar as publicações da campanha, com vistas à criação de uma biblioteca central. O Presidente recomendou cautela em relação ao uso de material centralizado: havia atitudes muito diferentes em países diferentes – por exemplo, com respeito às normas aceitas de consumo alto e baixo. Observou-se que um dos objetivos do Programa “Positively Coffee” era resumir e tornar compreensíveis materiais clínicos que, devido a leis de direitos autorais, não podiam ser distribuídos. O Presidente do Comitê de

Promoção se congratulou com os responsáveis pelo excelente trabalho realizado no EUA e na Europa, o trabalho com a classe médica inclusive. O próximo desafio eram a Índia e a China: mudar a percepção do café nesses países.

Item 4: Iniciativas de sustentabilidade

10. O representante da FEC apresentou relatório sobre uma reunião da Iniciativa 4Cs realizada nos Países Baixos de 21 a 23 de março de 2006 (ver documento PSCB No. 83/06). Ele comentou que a Unidade de Gestão deveria ser considerada uma organização constituída por membros e financiada pelos usuários. A verificação de observância seria feita por auto-avaliação, com a ajuda de uma pessoa tecnicamente qualificada ao agricultor. A licença para vender café 4Cs só seria emitida depois da verificação. A Iniciativa vinha discutindo esta questão com a PricewaterhouseCoopers, que era experiente no setor do chá e que, além disso, operava através de muitos escritórios locais que podiam prestar ajuda, assim permitindo evitar custos de viagem elevados. O representante da ASOEXPORT afirmou que não se tinha a intenção de criar uma grande burocracia, e que a estrutura seria altamente descentralizada. O objetivo era integrar a estrutura a órgãos locais já existentes. Consultas com autoridades antitruste não haviam revelado problemas até o momento. A próxima reunião se realizaria na Suíça em 4 de outubro de 2006.

11. O delegado da AEKI observou que o avanço da situação ainda estava sendo estudado e observado. Atenção específica vinha sendo dada à questão das dificuldades e da imprescindibilidade da verificação. Como exemplo das dificuldades que poderia haver, ele citou o caso dos produtos à base de carne orgânica no Reino Unido, que, segundo se descobrira, pouco ou nada tinham a ver com métodos orgânicos de produção, sendo produzidos por métodos “tradicionais”. Havia considerável confusão nas mentes dos consumidores quanto a esta questão.

12. O Presidente agradeceu aos Relatores seus relatórios.

13. O Presidente encaminhou a Junta ao documento ED-1981/06, mencionando a necessidade de uma definição clara de sustentabilidade. O delegado da FEC pediu a atenção da Junta para o parágrafo 2a) do texto do documento de trabalho WD-Board No. 32/06, que ele considerava problemático. A produção e os custos de vida eram incluídos, sem que as condições de mercado fossem consideradas. O Diretor-Executivo concordou com a objeção à inclusão de todos os custos de produção: uma solução poderia ser o acréscimo da palavra “razoáveis” a “custos de produção”. Um dos problemas realçados durante a crise do café fora a descoberta de que os custos relativos de produção podiam ser muito diferentes. A questão de retorno econômico era fundamental ao conceito de sustentabilidade. O representante da NCA disse que ainda não pudera comparar a redação no documento citado com a redação da NCA sobre o assunto, pois a NCA investira

muito trabalho nesta área. Em geral, ele apoiava os comentários do delegado da FEC. Ele também chamou atenção para a ambigüidade da expressão “comunidades estáveis”, em relação às quais não se tinha controle.

14. O representante da AEKI observou que a Junta solicitara à OIC uma definição de sustentabilidade, que era acolhida de bom grado. Em diversos comentários, enfatizou-se a dificuldade de encontrar uma definição. Os comentários poderiam igualmente aplicar-se aos parágrafos 2b) e 2c): o custo do preparo de café de boa qualidade não estava refletido no preço de varejo e não levava em conta os custos ambientais relativos. Vários delegados comentaram que se deveria reconhecer que o objetivo de produzir café era financeiro, ou seja, fazer dinheiro. O delegado da ASOEXPORT sugeriu que, em vez de custos de produção, talvez se devesse fazer referência a “viabilidade econômica com o passar do tempo”.

15. O delegado da NCA se prontificou a apresentar o trabalho da NCA sobre o assunto para exame da Junta. O Presidente acolheu esta proposta e se prontificou a distribuir o trabalho à JCSP, pedindo a apresentação de comentários antes da próxima reunião da JCSP. A Secretaria tentaria distribuir as idéias e os comentários recebidos antes da reunião.

Item 5: Aspectos de segurança alimentar

Legislação sobre a ocratoxina A (OTA)

16. O Presidente comentou que a UE impusera limites ao teor da OTA em produtos acabados, e no verão consideraria a imposição desses limites ao café verde, com base numa investigação toxicológica. Sabia-se, embora isso não tenha sido confirmado, que a o painel da Agência Europeia de Padrões Alimentares concluía que a OTA não era genotóxica. O Presidente, porém, enfatizou que essa notícia não fora confirmada oficialmente. Se ela fosse correta, era improvável que o café verde fosse incluído na legislação dos limites. O Presidente também notou, com certo alarme, a incidência de alertas sobre a importação de café solúvel a granel pela Europa no passado imediato. A origem desse café era desconhecida, mas ele pediu aos delegados que suscitassem a questão com suas associações locais.

Acrilamida

17. O Presidente relatou que o Codex Alimentarius decidira estabelecer um Código de Prática para regular a questão, e a Junta precisava se certificar de que iria contribuir. O líder da iniciativa era o Reino Unido, em parceria com os EUA. Em geral se aceitava que nada podia ser feito em relação ao café torrado. Também se sabia que quanto mais tempo o café permanecesse nas prateleiras, menor a incidência da acrilamida. O delegado da NCA relatou que a NCA estaria realizando evento de um dia e meio sobre o assunto, com um programa intensivo, em Toronto, nos dias 22 e 23 de junho de 2006.

Furano

18. O Presidente relatou que um estudo da indústria europeia sobre o furano, que é parte do aroma do café, estava prestes a começar. Até agora, virtualmente nada se sabia sobre este assunto.

Pesticidas

19. O Presidente suscitou a questão dos pesticidas, recordando à Junta que, na reunião de janeiro, havia-se distribuído um documento da AJCA sobre o nível dos mesmos. Depois disso, o Diretor-Executivo escrevera aos Membros solicitando informações sobre Limites Máximos de Resíduos. Não houvera resposta das delegações, e ele voltara a solicitar informações.

O Presidente pediu atenção para o pacote abrangente de informações da AJCA, que fora incluído nos documentos dos delegados, e pediu-lhes que encaminhassem o documento a seus colegas técnicos. Ele agradeceu à AJCA por seus esforços neste sentido e por ter mandado traduzir o documento para o inglês. O delegado da ORCECA relatou que esta e a AJCA estavam se dedicando à questão e apresentariam um conjunto de propostas à OIC. O delegado da SCAA relatou que as autoridades canadenses estavam contemplando uma base de tolerância zero: por outras palavras, um limite tinha de ser estabelecido.

Item 6: Implementação do Programa de Melhoria da Qualidade do Café (PMQC)

20. O Diretor-Executivo fez a apresentação de um relatório sobre o PMQC (WP-Board No.996/06). Desde que a Resolução número 420 entrara em vigor em junho de 2004, 153 milhões de sacas de café verde haviam sido exportadas, 91 milhões das quais por Membros que vinham implementando a Resolução. Destas, 88% alcançaram os padrões de qualidade. No total, 53% de todo o café exportado desde junho de 2004 haviam satisfeito os padrões de qualidade visados.

21. Na opinião de vários delegados, as cifras mereciam exame cuidadoso. Eles estavam gratos pelo trabalho da OIC, que representava um bom começo: a OIC e a JCSP deveriam assumir um papel nesta área. Havia decepção com os resultados obtidos até o momento, e pensava-se que seria preciso examinar outros métodos. O Diretor-Executivo referiu-se à norma ISO sobre os defeitos do café verde, observando que o texto da ISO não podia ser distribuído por razões de direitos autorais, mas talvez fosse possível preparar uma sinopse e distribuí-la na próxima reunião. O Presidente indagou se o Comitê de Qualidade deveria ser reconvocato, com participação mais ampla. A OIC poderia ser de importância vital na concretização desta medida. Ele continuaria a discutir esta questão com o Diretor-Executivo e a Secretaria.

Item 7: Contrato Europeu do Café (CEC)

22. O Presidente perguntou ao Vice-Presidente da JCSP se, na qualidade de porta-voz dos produtores, desejava fazer comentários sobre o CEC. Não houve comentários, mas decidiu-se que esta questão deveria ser mantida na ordem do dia da JCSP.

Item 8: Rede Mundial de Genômica do Café (ICGN)

23. O Presidente recordou que o Dr. Graziosi (especialista em Arábica) fora indicado para representar a JCSP na ICGN. Por sugestão do Dr. Illy, o Presidente propôs que o Dr. Petiard (especialista em Robusta) fosse designado suplente do Dr. Graziosi. Isso foi aprovado. O Dr. Illy relatou que uma reunião da ICGN se realizara recentemente em Trieste, com resultados positivos. O Presidente pediu ao Dr. Illy que apresentasse relatório sobre tais reuniões no futuro, na medida em que seus outros compromissos o permitissem. Enquanto isso, a Junta se comunicaria com o Dr. Illy, o Prof. Graziosi e o Dr. Petiard.

Item 9: Futuro do Convênio Internacional do Café de 2001

24. O Presidente iniciou uma discussão sobre o futuro do Convênio. O Diretor-Executivo pediu a atenção da Junta para um documento informal resumindo as opiniões preliminares recebidas até o momento de alguns membros da JCSP.

25. Um delegado pediu um esclarecimento: As opiniões que se desejava obter eram das delegações ou da JCSP como um todo? O Diretor-Executivo relatou que uma das razões para separar os elementos das entidades do setor privado e intergovernamentais era a necessidade de evitar conflito entre Governos e as associações de seu próprio setor privado. No parecer de um delegado, essa poderia ser uma boa razão para tentar produzir um documento combinado da JCSP, em lugar das opiniões de cada associação.

26. Com respeito à questão de se os pequenos produtores estavam sub-representados, o representante da ORCECA afirmou que seus membros eram sobretudo pequenos produtores e lembrou à JCSP que ele representava uma vasta gama dos mesmos. Este sentimento foi ecoado pelo delegado da AEKI, que lembrou à Junta que ele representava o maior grupo de pequenos produtores do mundo. Concluiu-se que na verdade os pequenos produtores estavam suficientemente representados na JCSP, e que esse fato deveria ser transmitido ao Conselho.

27. O Diretor-Executivo retornou à questão de procedimento e às questões fundamentais que se teria de apreciar: Qual era o papel da JCSP nas negociações? Ela devia conciliar as opiniões do setor privado e comunicar o resultado ao Conselho? Ela devia debater o que

fosse proposto pelo setor privado? Ele lembrou aos delegados que era a primeira vez que o setor privado participava das discussões sobre o futuro do Convênio de 2001. Poderia ser difícil para a JCSP chegar a uma opinião consensual, mas era importante que as diferentes opiniões do setor privado fossem refletidas ao Conselho.

28. Um delegado sublinhou que a Junta não exerceu papel algum nas negociações do Convênio de 2001. No entanto, ela podia identificar certos temas e, caso não pudesse lidar com eles imediatamente, deveria pô-los à parte e discuti-los mais tarde. O objetivo das discussões da JCSP deveria ser instar o Conselho a examinar as recomendações feitas e, então, cada associação deveria fazer pressão sobre seu Governo.

29. Outro delegado disse que acreditava que o Conselho buscava uma opinião ponderada da JCSP. Como não se poderia conseguir esse objetivo em uma hora, ele sugeriu a reserva de um dia para lidar com o assunto. Ele notou que, no Conselho, muitos oradores haviam-se referido à JCSP, cuja criação talvez constituísse o avanço mais significativo que houvera desde a concretização do último Convênio. Cabia à Junta garantir que isso acontecesse. Tratava-se de questões fundamentais, com que não convinha lidar apressadamente.

30. Outro delegado concordou em que a JCSP não deveria se envolver em questões intergovernamentais como, por exemplo, votação, estrutura, etc. Sendo uma estrutura, o Convênio não pressupunha acordo entre Membros. No entanto, a Junta deveria estar de acordo com respeito à importância dos temas. Ela deveria tentar identificar os temas a curto prazo, usando essa atividade como programa de trabalho numa reunião separada.

31. O Presidente concluiu que havia duas questões principais:

- (1) Sugestões/Recomendações da JCSP ao Conselho para as discussões sobre o futuro do Convênio e sobre o caminho a seguir a partir de setembro de 2007.
- (2) Propostas relativas à composição, função e atividade da JCSP no âmbito do Convênio.

32. Três pontos adicionais precisavam ser considerados:

- (1) A questão dos pequenos produtores: Dando prosseguimento à discussão anterior, decidiu-se que o Presidente deveria relatar ao Conselho que a JCSP considerava que os pequenos produtores estavam suficientemente representados na JCSP através de seus membros atuais, e que nenhuma mudança era necessária a esse respeito. Era preciso que os membros fossem instituições democráticas.

- (2) A questão dos observadores: Após discussão, concluiu-se que a JCSP, convindo e aceitando que as ONGs tinham um papel a desempenhar, recomendava que o Conselho considerasse incluí-las em seus trabalhos, abrindo um espaço em sua ordem do dia para, por exemplo, apresentações e relatórios de interesse geral que elas desejassem fazer. Também se deveria permitir participação ad hoc das ONGs em seminários/workshops quando seu input pudesse trazer benefícios de monta.
- (3) A proposta de estabelecer um fundo de reserva (documento PSCB No. 84/06): Decidiu-se que a discussão deveria ser adiada até a reunião extraordinária de domingo, 24 de setembro.

33. Um delegado repetiu uma solicitação no sentido de reduzir a frequência das reuniões: O Conselho e a Junta eram da alçada dos Governos; a JCSP era da alçada das associações do setor privado, e as viagens eram caras. Ele propôs cancelar a reunião de janeiro. Outro delegado propôs que o documento informal preliminar que se mencionou acima não fosse apresentado como documento da JCSP, pois refletia as opiniões dos consumidores do setor privado, não dos produtores. Os produtores mantinham-se ativos, mas se valiam dos canais tradicionais – a saber, os Governos. O documento (PSCB No. 86/06) foi emitido em 25 de maio, quinta-feira, e mais tarde retirado de circulação a pedido do Presidente.

34. Com o objetivo de contribuir para discussões ulteriores, a NCA distribuiu um documento em que ela esboça seus pensamentos sobre possíveis caminhos a seguir.

35. Resumindo a discussão e as conclusões, o Presidente pediu à Secretaria que fornecesse à NCA os emails dos membros da JCSP. Distribuir-se-ia o documento da NCA, e os membros eram convidados a comentá-lo até fins de junho de 2006¹. Distribuir-se-ia uma segunda versão do documento refletindo esses comentários, e possivelmente uma terceira versão. Uma reunião extraordinária da JCSP realizar-se-ia no domingo, 24 de setembro, com vistas a finalização das opiniões e conclusões da Junta para apresentação ao Conselho na segunda-feira, 25 de setembro.

Item 10: Outros assuntos

China

36. O Diretor-Executivo disse que pouco havia a relatar. A questão continuaria a ser discutida no Comitê de Promoção.

¹ O documento da NCA foi posteriormente distribuído como PSCB No. 90/06.

Eleição do Presidente e Vice-Presidente da JCSP

37. O Presidente lembrou à Junta que, de acordo com as regras da JCSP, o atual Vice-Presidente tornar-se-ia Presidente em setembro de 2006. Ele pediu aos membros dos consumidores que apresentassem indicações para a Vice-Presidência.

Efeitos das tarifas sobre o comércio de café

38. Um delegado pediu atenção para o documento ICC-95-3, relativo a tarifas, cuja conclusão, em sua opinião, simplificava excessivamente as causas e efeitos do IVA. Qualquer estudo que se fizesse deveria levar em conta diversos outros fatores, como, por exemplo, o efeito de outras bebidas e questões demográficas. Vários outros delegados apoiaram esses comentários: julgava-se que o documento era útil, mas precisava ser revisado.

Membros da JCSP

39. O Presidente pediu a atenção da Junta para o documento de trabalho WP-Council No. 134/05 Rev. 2, relativo a diversas alterações do quadro de membros da JCSP para 2005/06 e 2006/07. A Junta tomou nota dessas alterações.

Item 11: Reuniões futuras

40. A JCSP notou que sua próxima reunião ordinária realizar-se-ia na quarta-feira, 27 de setembro de 2006, precedida de uma reunião extraordinária no domingo, 24 de setembro de 2006, às 13,30 horas, como discutido no Item 9 acima.

Lista de acrônimos usados neste relatório

4Cs	Código Comum para a Comunidade Cafeeira
AEKI	Associação de Exportadores de Café da Indonésia
AJCA	All Japan Coffee Association
ASOEXPORT	Associação dos Exportadores de Café da Colômbia
CEC	Contrato Europeu do Café
FEC	Federação Européia do Café
ICGN	Rede Mundial de Genômica do Café
ISIC	Instituto de Informação Científica sobre o Café
ISO	Organização Internacional de Normalização
NCA	National Coffee Association of the USA
ONGs	organizações não-governamentais
ORCECA	Organização Centro-Americana dos Exportadores de Café
OTA	Ocratoxina A
SCAA	Specialty Coffee Association of America